

O APETITE VORAZ DOS CHINESES PELO BRASIL: UMA OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO?

Renata Jane Gomes Sarmento

Graduada em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-(UERN), Campus CAMEAM, Pau dos Ferros-RN
rehjanegs@gmail.com

José Elesbão Almeida

Prof. Dr. Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-(UERN), Campus CAMEAM, Pau dos Ferros-RN
jose.elesbao@uol.com.br

Resumo:

Nos últimos trinta anos a China tem apresentado um crescimento econômico excepcional, cuja taxa média foi da ordem de dois dígitos ao ano. Esse desempenho vem sendo há algum tempo objeto de estudo de pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento, interessados em compreender as razões desse extraordinário avanço. O acelerado crescimento, somado à abertura da economia chinesa vêm gerando grandes perspectivas de comércio para muitos países, dentre eles o Brasil. Desde 2009, os chineses têm demonstrado uma cobiça sem precedente por *commodities* brasileiras, principalmente petróleo e outros minerais, visando atender à demanda ascendente existente naquele país. Assim, o objetivo do artigo é discutir sobre o processo de abertura da economia chinesa e as reformas implantadas que vêm transformando-a nessa grande potência da economia mundial, bem como as relações Brasil-China, particularmente sobre a forma de ingresso dos investimentos chineses no Brasil, as áreas de interesse e os setores prioritários. Para isso, utilizamos dados do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), além de vários estudos desenvolvidos por especialistas brasileiros e estrangeiros.

Palavras-chave: China. Brasil. Abertura Econômica.

THE VORACIOUS APPETITE OF CHINESE BY BRAZIL: AN OPPORTUNITY FOR DEVELOPMENT?

Abstract:

Over the past thirty years China has shown an exceptional economic growth, the average rate was approximately double digits annually. This performance has been for some time studied by researchers from different areas of knowledge, interested in understanding the reasons for this breakthrough. The accelerated growth, coupled with the opening of the Chinese economy has been generating great prospects to trade for many countries, including Brazil. Since 2009, the Chinese have shown an unprecedented lust for Brazilian commodities, especially oil and other minerals, to meet the rising demand existing in that country. The purpose of paper is to discuss the process of opening the Chinese economy and the reforms that are transforming deployed to this great power in the world economy, as well as the Brazil-China relations, particularly on how the inflow of investments Chinese in Brazil, the areas of interest and the priority sectors. For this, we used data by the Brazil-China Business Council (CEBC) and several studies developed by Brazilian and foreign experts.

Keywords: China. Brazil. Economic Openness.

1 Introdução

Depois de séculos de isolamento político e econômico, a China tem estreitado cada vez mais suas relações com o resto do mundo e atraído às atenções da comunidade internacional nos últimos anos. O fato é que o *dragão* asiático vem apresentando um extraordinário crescimento econômico, cuja taxa média foi da ordem de 10% a.a., durante praticamente as três últimas décadas. Não há paralelo para esse desempenho em esfera global. Esse fenômeno vem sendo há algum tempo objeto de muito debate por parte de estudiosos e pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento, interessados em compreender as razões desse extraordinário avanço da economia chinesa.

As reformas econômicas implantadas pela China após a abertura comercial resultaram em grandes perspectivas de comércio não só para aquele país, mas para muitos outros, entre eles o Brasil. O comércio com a China representa para diversos países do mundo uma alternativa para a importação e exportação, proporcionando aos consumidores globais o acesso a produtos bastante sofisticados e de baixo custo fabricados pelos chineses.

Embora a relação entre Brasil e China remonte-se a um longo período histórico, importa destacar que somente nos anos 2000 ocorreu uma intensificação do comércio entre esses dois países. Esse processo mesmo sendo relativamente recente, vem se avançando rapidamente e provocando uma grande entrada de produtos chineses no mercado brasileiro, não só eletrônicos, mas de todos os tipos, desde os bens leves de consumo até bens duráveis e de capitais.

A partir de 2009 os chineses têm demonstrado uma cobiça sem precedente por *commodities* brasileiras, principalmente petróleo e minerais para atender à demanda ascendente das fábricas daquele país, razão pela qual empresas chinesas têm investido pesadamente no Brasil nos últimos anos, inclusive na aquisição de terras (para a produção de alimentos) e em parceria com empresas nacionais. A propósito, os investimentos chineses no Brasil representavam 3,5% das inversões chinesas confirmadas entre 1990 e 2009, em 2010 essa participação elevou-se para 62,7%.

Dessa forma, o propósito deste artigo é discutir sobre o processo de abertura e sobre as reformas implantadas na economia chinesa, principalmente a econômica, que a transformou nessa grande potência da economia mundial, ameaçando, inclusive, a hegemonia dos Estados Unidos. Também se pretende discutir sobre as relações Brasil-China, particularmente sobre a forma de ingresso dos investimentos chineses no Brasil e as áreas de interesse, bem como os setores prioritários pelos chineses. O texto será desenvolvido a partir de levantamento de dados sobre o comércio entre os dois países, particularmente dos documentos do Conselho Empresarial Brasil China, além de alguns textos de especialistas nos estudos sobre o desempenho recente da economia chinesa.

2 Um breve contexto histórico da República Popular da China

A China é uma das civilizações mais antigas do mundo e sua história escrita é de mais de 4 mil anos. Não é exagero afirmar que a China parece, verdadeiramente, um planeta. Pois sua população é de mais de um bilhão de habitantes, 1/4 da população do planeta Terra. É o terceiro país do mundo em extensão, depois da Rússia e do Canadá, com 9,6 milhões de Km².

De acordo com Britto *et al* (2004, p. 2), a República Popular da China surgiu depois da inesperada derrubada da Dinastia, em 1911. O novo governo nacionalista (Kuomintang) recebeu ajuda externa da União Soviética, com a condição de que trabalharia em parceria com o Partido Comunista Chinês (PCC). A partir de então começou a implementação do planejamento centralizado para a consolidação da China. Em 1931, o Japão invadiu o

Nordeste da China e estabeleceu um novo governo. As tropas não resistiram ao Japão e lançaram uma acirrada campanha militar contra os Comunistas. Porém, milhares de pessoas romperam o bloqueio e realizaram a “Longa Marcha”, cuja dimensão compreendia mais de 6.000 milhas até a nova base de Yenan, liderada pelo comunista Mao Zedong.

Segundo assinala Fairbank (2007, p. 284):

O objetivo da Longa Marcha era encontrar uma nova base territorial na periferia do poder nacionalista semelhante à maneira como os manchus haviam estado na periferia do império Ming. O PCC precisava de uma área que pudesse controlar e organizar [...]. Mao recuperou a liderança do PCC em princípios de 1935.

Com 541 milhões de habitantes em 1949 a China apresentava todas as características típicas de um subdesenvolvimento bastante acentuado pela extorsão do império, pelas devastações da guerra, pelos métodos tradicionais, hábitos e preconceitos herdados do feudalismo e do seu capitalismo periférico.

Em 1958 foi lançado o Grande Salto para Frente (GSF), um modelo de política econômica que fez a China uniformizar sua indústria com o ocidente e dividiu os camponeses em grandes comunidades. Não obstante, o resultado das colheitas não se deu de acordo com o esperado, fazendo com que milhões de pessoas morressem por desnutrição e fome generalizada.

De acordo com Fairbank (2007, p. 352), durante a última década de vida de Mao (1966 a 1976) houve um combate político intenso que balançou a China, a chamada Revolução Cultural, cujo resultado foi a disseminação do terrorismo que assustou o mundo e resultou em uma avassaladora destruição daquele país.

3 A grande revolução cultural

De acordo com Britto *et al* (2004, p. 3), a Grande Revolução Cultural (RC) foi uma campanha política lançada por Mao com o intuito de atacar antigos ideais, envolvendo os de caráter cultural, filosófico e os costumes. A RC era composta de milhões dos soldados da Guarda Vermelha. Um dos seus objetivos era perseguir os adversários políticos e as lideranças do alto escalão do partido que foram rotulados de capitalistas exilados e, conseqüentemente assassinados. Com isso o culto a Mao alcançou seu patamar mais alto. Não é demais ressaltar que a RC nada tinha de revolucionária e muito menos cultural. O principal objetivo de Mao Zedong era derrubar seus inimigos políticos, sobretudo o presidente do estado Liu Shaoqi, recuperar o controle do PCC e trazer seus fiéis seguidores para o poder.

A RC era basicamente formada pela juventude estudantil. Mao procurava incitar os estudantes radicais com a publicação de slogans, como “bombardeiem os quartéis” e “aprendam sobre revolução fazendo revolução”. O apoio dos jovens foi impulsionado em assembleias organizadas pelo Exército de Libertação Popular (ELP) e pelo grupo da RC. Independente das intenções de Mao, a Guarda Vermelha voltou-se para atividades destrutivas criando regime de terror, invadindo as residências dos ricos, dos intelectuais e dos funcionários e até matando-os, embora afirmasse sempre estar apoiando o ataque dos “quatro” velhos conceitos: velhas ideias, velha cultura, velhos costumes e velhos hábitos (FAIRBANK, 2007, p. 360).

Mao ordenou todos os governos locais a distribuírem empregos para os jovens revolucionários, embora soubesse que essa promessa não sairia do papel. A China estava em crise econômica, o PIB de 1967 encolheu 10% em relação a 1966, e o de 1968 encolheu 4,2%

em relação a 1967. As indústrias estavam em declínio e não apresentava nenhuma possibilidade de oferta de vagas de trabalho (CHANG-SHENG, 2005, p.162).

Diante de muitas pressões, em julho de 1968, Mao resolveu dispensar a Guarda Vermelha, a qual segundo ele havia falhado na missão e ordenou que o Exército de Libertação Popular formasse comitês revolucionários em todas as províncias. A dispensa da Guarda Vermelha levou um grande número de soldados e jovens revolucionários para o campo, submetendo-os a uma condição muito inferior à que antes viviam. Infundado do ponto de vista econômico desde o início, esse esforço gigantesco da RC foi tão mal planejado, tão difícil de alcançar e tão ineficiente em suas operações, que uma parte considerável do projeto nunca foi concluída e teve de ser abandonada (FAIRBANK, 2007, p. 365).

A RC acabou oficialmente em abril de 1969, mas muitas formas de terrorismo, utilizadas por ela continuaram a ser empregadas. Na década de 1970, a RC expandiu sua coerção pelo interior do país, onde os camponeses foram forçados a abandonar todas as ocupações secundárias, como criações de porcos, galinhas, etc., com o pretexto de que era para cortar a raiz do capitalismo. No entanto, as consequências foram que muitos camponeses não tiveram sequer como se alimentar. Mao Zedong faleceu em 9 de setembro de 1976, deixando para a sucessão o seu fiel seguidor, Hua Guofeng, um chefe de segurança de Hunan. Na complexa briga pelo poder, Deng Xiaoping venceu no final de 1978.

4 Abertura econômica chinesa

Após a morte de Mao, a China transformou-se de um país isolado, pobre, rural e turbulento, em uma economia aberta, urbanizada e relativamente modernizada. Os sobreviventes da Longa Marcha do PCC, os membros mais antigos do PC, em especial Deng Xiaoping, foram responsáveis pela introdução das reformas que possibilitaram uma extraordinária mudança na China. Estas foram conduzidas, em geral, nos setores de educação e saúde, resultando em uma população mais alfabetizada e saudável.

No início das reformas a China ainda era um dos países mais pobres do mundo, com a maioria de sua população vivendo nas zonas rurais. As reformas deram início as três transições fundamentais, quais sejam: passou de uma planificação centralizada para uma abertura gradual de sua economia, da agricultura para a indústria e da predominância dos campos para a urbanização acelerada.

As reformas implantadas tinham o objetivo de criar espaço para a entrada de investimentos externos direto no país. Entretanto, a expansão da capacidade de importar tornou-se uma restrição fundamental para o processo de industrialização chinesa. Suas exportações nos anos iniciais da abertura eram constituídas essencialmente de produtos primários (grãos, petróleo, carvão), intensivos em mão de obra e de baixo valor agregado. O crescimento da produção na agricultura era necessário para suprir as necessidades internas e de exportação. A partir de 1983, ocorreu uma mudança estrutural nos padrões de consumo e a produção dos bens de capital se elevou a taxas bem elevadas. Em 1978 os bens duráveis de consumo eram formados por apenas quatro setores, quais sejam: máquina de costura, bicicleta, relógio e rádio. A produção desses bens cresceu moderadamente, entre 1978 e 1984, e a taxas reduzidas, entre 1984 e 1990. Já os "novos cinco" setores, constituídos basicamente de geladeira, televisão, gravador, máquina de lavar e ventilador, tiveram taxas de crescimento altíssimas, entre 1978 e 1984, e bastante elevadas, entre 1984 e 1990.

No início da década de 1980 a atividade primária era o setor mais dinâmico da economia chinesa. As reformas econômicas de Deng seguiram um enfoque pragmático e flexível, como expresso por ele mesmo em sua metáfora “tatear as pedras ao atravessar o rio”.

O programa de reformas de Deng intitulado “socialismo com características chinesas” combinava medidas para uma economia de mercado e para a arena internacional.

Segundo Medeiros (1998, p. 4), a industrialização chinesa contou com ampla disponibilidade de mão de obra vinda do campo, a qual esteve proibida desde a revolução de 1949. Com as reformas voltadas para o campo do final dos 1970, o crescimento da produtividade engendrou um gigantesco excedente de força de trabalho rural. Após a crise asiática de 1997, as exportações declinaram em face da deflação e da perspectiva de baixo crescimento. Com isso, o governo acelerou os gastos públicos, relaxou o crédito bancário e ampliou seus investimentos. Foi retomada assim a liderança do ciclo expansivo chinês, que foi acompanhado por uma ousada estratégia industrial.

Foram escolhidas quatro regiões estratégicas, controladas pelo governo, quais sejam: Shenzhen próximo a Hong Kong, Zhuhai próximo a Macau, Shantou localizada próxima à província de Guangdong e Xiamen próxima a Taiwan, para a incorporação de um regime comercial e de atração de investimento estrangeiro direto (IED). As áreas escolhidas foram denominadas de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), controladas pelo governo, que oferecia benefícios fiscais, para atrair investidores estrangeiros, tendo como contrapartida o fornecimento de tecnologias e a promoção de exportações. Era uma espécie de Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs), semelhante às existentes nas economias em desenvolvimento, principalmente na Ásia (CARDOSO JR *et al* 2009, p. 343).

De acordo com Fairbank (2007, p. 378), o estabelecimento das Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e a formação de *joint-ventures* com outros países ao longo da costa sudeste da China, do delta de Guangdong e do rio Yangzi, eram reminiscências dos antigos tratados de portos. Essas medidas econômicas se assemelham ao processo de desenvolvimento da China ao final do século XIX. As ZEEs progrediram muito no final da década de 1980, exatamente quando seus vizinhos do leste da Ásia, em especial Hong Kong e Taiwan, começaram a instalar indústrias na China em virtude da mão de obra barata. Além da produção intensiva de bens não duráveis como vestuário e sapatos, na década de 1990, a indústria chinesa também começou a produzir bens duráveis e sofisticados, como componentes eletrônicos, computadores, máquinas e transporte.

Em 1984 foram criadas as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET), em quatorze cidades, entre elas Xangai. Foram concedidos novos incentivos para atração de capital estrangeiro. Como resultado, as importações cresceram e a liberação seguiu avançando.

Segundo assinala Gipouloux (2005, p. 47-8), a China registrou um crescimento médio anual de 9,4 por cento, entre 1979 e 2004, tornando-se uma das economias do mundo que mais cresceu nas últimas duas ou três décadas. Isso se deve, segundo o Banco Mundial, a uma combinação de vários fatores, como taxa de poupança elevada, redução da população empregada na agricultura, reformas pragmáticas e condições econômicas favoráveis (WORLD BANK, 2010). O Crescimento chinês é condicionado por três fatores: o capital, o trabalho e a produtividade. As melhorias de produtividade contribuíram em um terço para o crescimento, conforme sustentam estudos recentes.

O excepcional desempenho econômico da China tem se tornado motivo de muitos debates no contexto internacional, não por razões menos importantes, pois a economia do dragão asiático vem avançando a taxas acima de dois dígitos durante os últimos 30 anos. Nenhum outro país do mundo apresentou crescimento desse porte nesse período. Nem mesmo as maiores potências mundiais como Estados Unidos, Japão e Alemanha apresentaram taxas de crescimento acima de 10% a.a. no referido período. Se compararmos com os principais países emergentes, o diferencial da China torna-se ainda mais invejável. Embora apresente uma tendência de redução das taxas de crescimento do PIB nos anos recentes, conforme

demonstra o gráfico abaixo, ainda assim, não se encontra paralelo em nível global. Na figura 01 observa-se também que há uma estabilidade dos níveis de preços ao longo dos anos 2000.

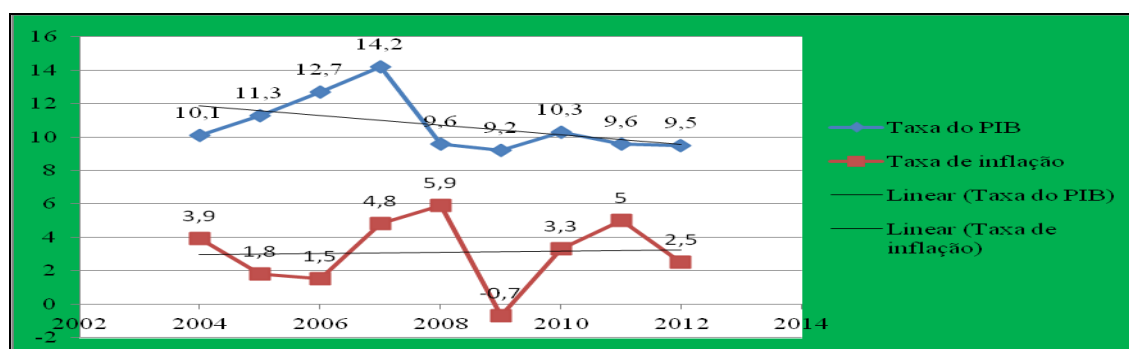


Figura 01: Crescimento do PIB e Taxa de Inflação da China

Fonte: FMI *apud* UICC – Apex-Brasil (2013).

Em função da forte expansão econômica a China tornou-se um dos principais destinos de Investimento Estrangeiro Direto (IED), motivado pela procura dos baixos custos salariais e pelas oportunidades de retorno rápido. O progresso do IED na China foi impulsionado pelas reformas estruturais da economia chinesa, pela abertura de setores antes fechados, principalmente a partir da entrada da China na Organização Mundial de Comércio (OMC) e pela melhoria da regulamentação.

5 Investimento direto chinês no exterior

Investimento Estrangeiro Direto (IED) é todo aporte de dinheiro vindo do exterior que é aplicado na estrutura produtiva doméstica de um país, isto é, na forma de participação acionária em empresas já existentes ou na criação de novas. A China deu início aos investimentos externos com a política de “portas abertas”, através da qual as firmas estatais chinesas começaram a fazer suas primeiras operações internacionais. Por não dispor de uma ampla base de recursos naturais necessários para manter suas altas taxas de crescimento, a China vem consolidando uma base internacional de matérias-primas a partir da Austrália, Indonésia, países da África e mais recentemente o Brasil. Os investimentos chineses no resto do mundo buscam preferencialmente ativos escassos em seu território para atender a demanda crescente do seu mercado. Um dos problemas estruturais do país é a falta de matérias-primas para suprir a necessidade de produção e consumo da população, uma das características fundamentais da economia chinesa, o que indica seu grande interesse por *commodities* (MEDEIROS, 2006, p. 3).

Foi a partir dos anos 1990 que os investimentos diretos da China no mundo começaram a apresentar alguma importância numérica significativa, cujo objetivo era garantir o acesso às fontes de matérias-primas essenciais à sua produção industrial. Inicialmente, os investimentos foram basicamente direcionados ao Canadá, Austrália e Estados Unidos. A partir de 2001, houve uma dispersão espacial destes investimentos pelo resto do mundo (HOLLAND, 2010, p. 07).

De acordo com estudo do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, 2011), até meados da década de 1980 a China não tinha legislações específica sobre os IEDs. Assim, o governo chinês criou diretrizes para exame e aprovação de propostas com o intuito de criar condições para estabelecimentos de empresas fora da China. Essa política estimulou a

internacionalização mediante a liberação de políticas antes restritas, possibilitando que as empresas procurassem estabelecer filiais em outros países desde que dispusessem de capital suficiente, conhecimento técnico operacional e parceria adequada para iniciativas conjuntas. A partir de 2003 a China elevou exponencialmente o estoque de IED no mundo, cujo valor total atingiu 366 bilhões de dólares em 2010, conforme podemos observar na figura 02 a baixo. Somente na Europa a China investiu US\$ 10 bilhões em 2011 e pretende elevar essa cifra para US\$ 500 bilhões até 2020, segundo informe do CEBC (2013). Entre 2004 e 2008 os investimentos diretos chineses na Europa foram em média de menos de 1 bilhão ao ano. Em estudo divulgado pelo CEBC (2014), estima-se que até 2020 a China pretende elevar o volume de investimento direto no mundo para algo em torno de US\$ 2 trilhões até 2020.

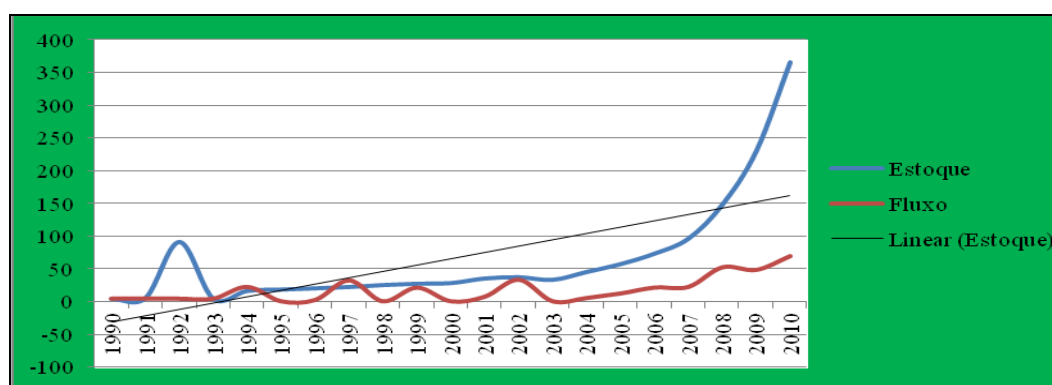


Figura 02: Fluxo e Estoque de IED no mundo - 1990-2010 (US\$ bilhões)

Fonte: Revista CEBC (2011).

Em 2003 a América Latina respondia por cerca de um terço dos investimentos diretos chineses no mundo. Dois anos depois, essa participação havia ultrapassado metade do IED total da China no mundo, superando, inclusive, o volume total investido na Ásia, África, Europa e EUA, conforme podemos ver no quadro 1 a seguir.

IED da China no mundo	2003	2004	2005	2006
Ásia	1,505	3,014	4,484	7,663
África	0,075	0,317	0,392	0,520
Europa	0,145	0,157	0,395	0,598
América Latina	1,038	1,763	6,466	8,469
EUA	0,058	0,126	0,321	0,258
Oceania	0,034	0,120	0,203	0,126
IED total da China no mundo	2,855	5,498	12,261	21,160
IED total no mundo	565,160	734,892	973,329	1461,074
Participação do IED Chinês no mundo (%)	0,51	0,75	1,26	1,45

Quadro 01: Fluxo de investimentos chineses no Mundo (2003-2006) US\$ bilhões

Fonte: Mofcom e Unctad in Holland *et al* (2010).

Nos últimos anos, a América Latina tem se tornado objeto de grande cobiça pelos investimentos chineses. Esse processo tem se intensificado cada vez mais nos anos recentes com sua dupla estratégia de consolidar uma base de fornecimento de insumos básicos e de energia, por um lado, e por outro, ocupar posição de mercado no setor automotivo e de eletrônicos, principalmente, tendo em vista o crescimento da renda no Brasil. Esse processo

demonstra que o interesse da China não reside apenas no fornecimento de produtos primários intensivos em recursos naturais e em mão de obra, com baixo valor agregado, mas também no segmento de bens duráveis de consumo, máquinas e equipamentos e em veículos automotores.

O maior aporte de recursos da China em um país da América Latina ocorreu em maio de 2009, quando o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) emprestou US\$ 10 bilhões para a Petrobrás. O acordo estabelecia que a companhia brasileira exportasse a partir de 2009, 150 mil barris de petróleo por dia à Unipéc Ásia, subsidiária da Sinopec (uma companhia estatal de petróleo da China) e 200 mil barris por dia entre 2010 e 2019 (HOLLAND, 2010).

6 Investimento direto chinês no Brasil

Os primeiros contatos do governo brasileiro com o governo chinês iniciaram no final do século XIX, com a pretensão de trazer mão-de-obra para atender a nossa demanda por força de trabalho, principalmente na atividade cafeeira. Porém, esse projeto de imigração chinesa não se concretizou, pois o governo chinês recusou as propostas feitas pelo Brasil (VILLELA, 2004).

Na área política o Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento com quem a China estabeleceu uma parceria estratégica. Além das perspectivas positivas da aproximação política entre os dois países observa-se também um aspecto positivo do lado do relacionamento econômico, notadamente com a abertura de uma perspectiva de cooperação científico-tecnológica, o que poderá trazer avanços significativos para a economia brasileira, tendo em vista que o país necessita da poupança externa para ampliar seus investimentos.

No período anterior a 2005, os investimentos chineses no Brasil não representavam volume significativo, consistindo apenas em pequenas inversões orientadas pelo planejamento estratégico pontual das empresas chinesas. O Brasil representava ainda uma fronteira a ser alcançada pelos interesses chineses. Em 2010, Brasil e China deram importantes passos para consolidar e aprofundar uma parceria estratégica, com a assinatura do Plano de Ação Conjunta 2010-2014, o qual confere um significado especial para a consolidação de uma parceria estratégica que foi inaugurada em 1993 (CEBC, 2011).

O objetivo inicial dos investimentos chineses no Brasil era assegurar o fornecimento de matérias primas e energia para suprir a demanda das fabricas chinesas. Nos anos recentes o interesse do dragão asiático ampliou-se para várias outras áreas, como infraestrutura, telecomunicações, produção e distribuição de energia, além de bens duráveis e de capitais.

Atualmente, o Brasil é o maior parceiro comercial da China na América Latina. Em 2007 já era um dos 10 maiores exportadores para o mercado chinês, representando cerca de 2,0% das importações chinesas. O comércio Brasil e China vem aumentando desde a abertura econômica. Entre 1974 e 1979 o valor aumentou mais de 12 vezes, passando de US\$ 17,42 milhões para 216. Na década de 1990 atingiu US\$ 1,494 bilhão, chegando a 3,698 bilhões em 2001. Ao longo de vinte anos 1987 a 2007, apesar de momentos de inversão, a balança comercial entre Brasil-China, em geral, foi favorável ao Brasil.

Quanto aos investimentos chineses no Brasil, revela estudo do CEBC (2014) que foram despendidos cerca de US\$ 18,9 bilhões em 2010, sendo 16 bilhões somente em *commodities*, o que demonstra a agressividade do país asiático para assegurar o autofornecimento de matérias primas. Os 2,9 bilhões restantes foram aplicados em infraestrutura, principalmente em energia elétrica, bem como na produção de automóveis, máquinas e equipamentos. Essa investida no país revela que os chineses estão dispostos a aproveitar a expansão do mercado brasileiro, o que sinaliza um novo horizonte de investimentos, voltado para o segmento de bens duráveis.

No que tange aos determinantes dos investimentos chineses no Brasil, observa-se que os mesmos são pautados por duas estratégias básicas: a primeira consiste na busca por matérias primas e energia para garantir o autossustento de suas fábricas, além de produtos alimentícios. A segunda estratégia está relacionada à ocupação de mercado, notadamente na produção de veículos automotores, eletrônicos e máquinas e equipamentos. A figura 03 a seguir apresenta o número de projetos de investimentos realizados pela China no Brasil até 2012. Fica bastante evidente que o apetite chinês não se limita à busca de recursos naturais, mas parece indicar um novo horizonte, cujo objetivo é aproveitar o crescimento do mercado nacional em função do aumento da renda dos brasileiros nos anos recentes.

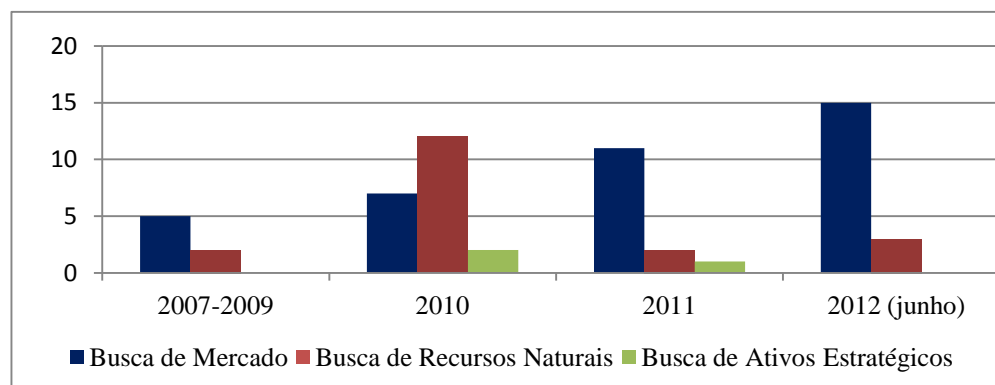


Figura 03: Evolução setorial dos projetos de investimento

Fonte: CEBC (2013).

De acordo com Barbosa (2006), desde o início do governo Lula foram definidos vários entendimentos nas áreas de ciência e tecnologia, esportes, transportes, padrões sanitários e fitossanitários, cooperação industrial, comércio e investimento, entre outros. No governo Dilma outros entendimentos foram assinados entre os governos do Brasil e da China, seja para a criação de *joint venture*, seja para a instalação de novas empresas no país.

O resultado de diversos acordos estabelecidos entre os governos do Brasil e da China tem se traduzido em uma maior diversificação dos investimentos chineses na economia brasileira. O setor industrial tem se beneficiado positivamente de investimentos realizados pelas empresas chinesas, principalmente nos segmentos de veículos automotores, máquinas e equipamentos, conforme se evidencia na figura 04.

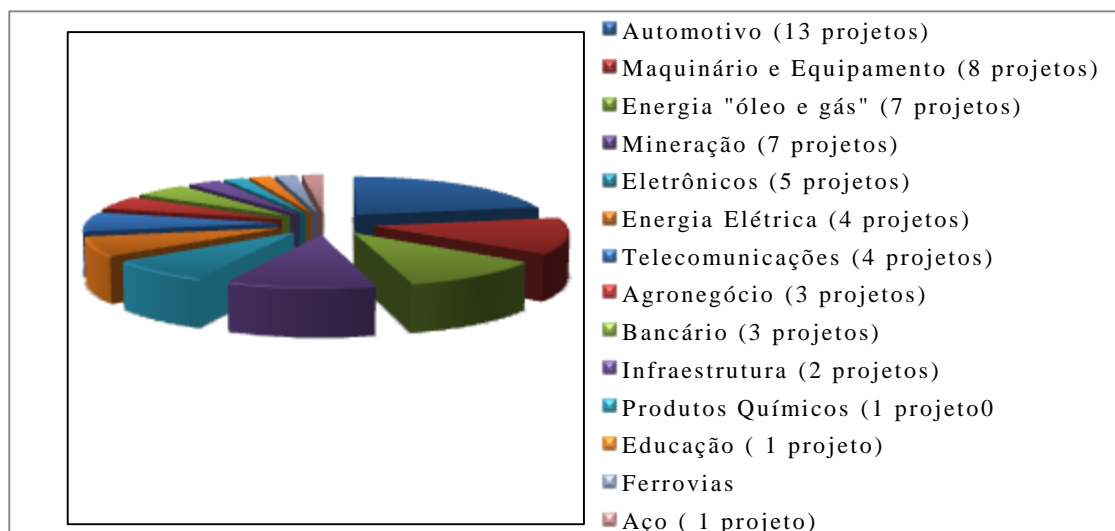


Figura 04: Projetos de investimentos setoriais (2007-2012)

Fonte: CEBC (2013).

A maior parte dos investimentos chineses no Brasil (Figura 05) se deu por meio de fusões e aquisições parciais, ou seja, pela compra parcial de empresas. Uma hipótese que poderia explicar esta preferência pelas aquisições parciais (geralmente minoritárias) pode ser encontrada nas dificuldades derivadas dos contrastes culturais entre os dois países.

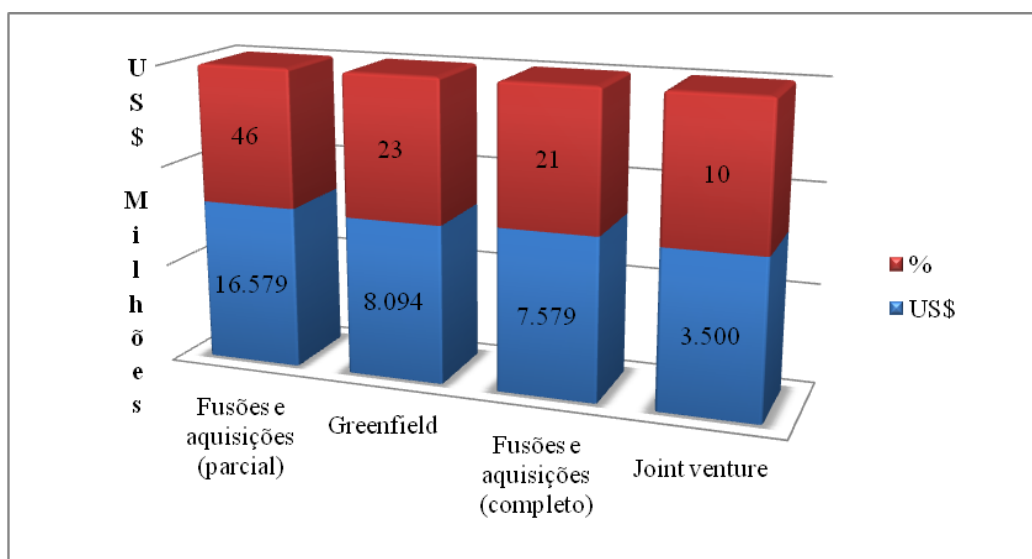


Figura 05: Modalidade dos Investimentos Chineses no Brasil – 2010 (US\$ bilhões)

Fonte: Revista CEBC (2011).

Convém ressaltar que, em 2010, o montante dos investimentos chineses no Brasil não apresentou nenhuma característica extraordinária, pois o país apenas acompanhou o expressivo investimento que já vinha ocorrendo no resto do mundo, conforme podemos observar na figura 06 a seguir.

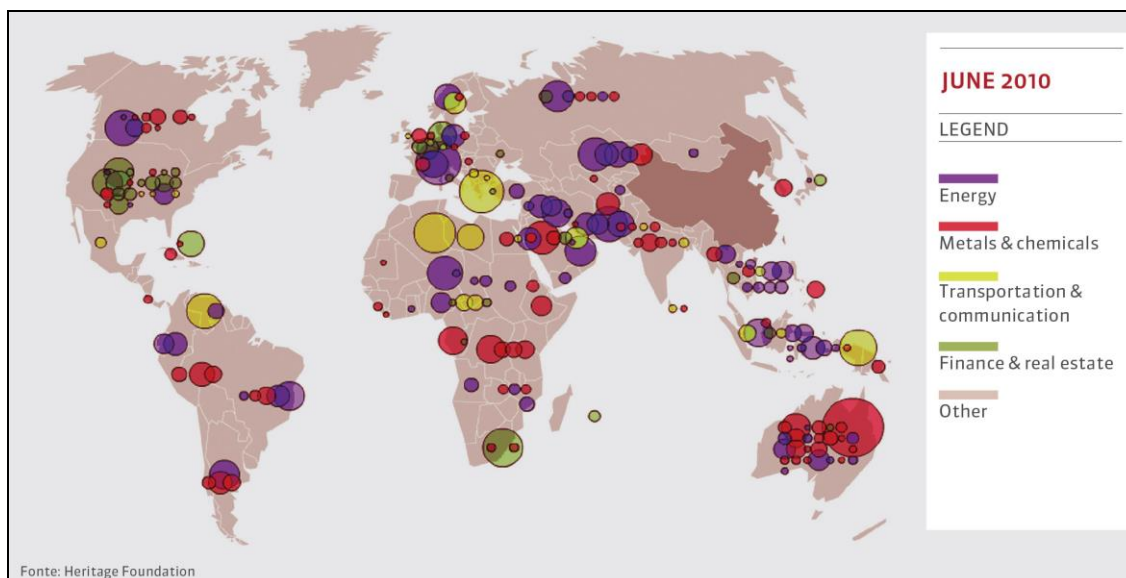


Figura 06: Evolução dos Investimentos Diretos Chineses no Mundo (Jun./2010)
Fonte: Heritage Foundation Elaboração: CEBC (2011).

Não há dúvidas de que os investimentos chineses no Brasil têm concorrido para expandir e dinamizar o complexo exportador do país, não somente de *commodities*, mas também de bens duráveis de consumo, com repercussão positiva no emprego e na renda de milhares de brasileiros.

Como podemos ver na figura 07 a seguir, em sua maioria, os projetos de investimento anunciados por empresas chinesas no Brasil se concentram na região Sudeste, com São Paulo na liderança do ranking.

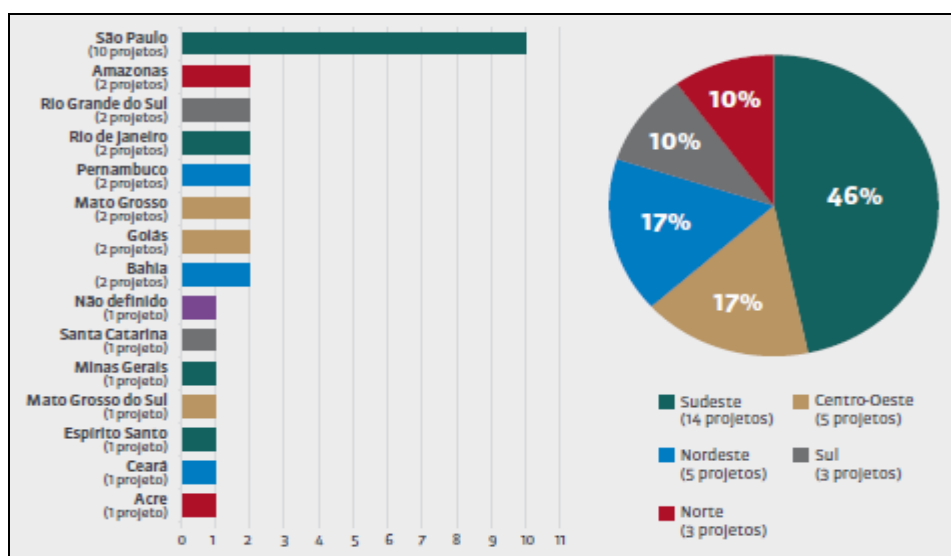


Figura 07: Distribuição geográfica dos projetos anunciados 2012
Fonte: CEBC (2014).

Dos 31 projetos anunciados, alguns já concluídos e outros em fase final de conclusão, o Sudeste responde por 14. Isto está associado à concentração de economias de escalas, infraestrutura portuária e aeroportuária, logística, mercado consumidor, além de grandes

investimentos no pré-sal e em minério de ferro. Os demais estados figuram com parcela menor dos investimentos chineses, os quais estão voltados para o setor automobilístico, máquinas e equipamentos, eletroeletrônico e infraestrutura (CEBC, 2013).

7 Considerações Finais

Como podemos observar ao longo do texto, os investimentos chineses no Brasil vêm crescendo aceleradamente nos últimos dez anos. Suas áreas de interesse estão divididas em duas etapas. Na primeira fase, os investimentos foram canalizados para produção de matérias primas (minérios de ferro e aço), alimentos, petróleo e gás, visando atender à demanda crescente por esses recursos. Nos anos recentes, tem se verificado uma maior diversificação dos projetos, cujo interesse se volta para o mercado consumidor brasileiro, notadamente, para a produção de veículos automotores, eletrônicos, máquinas e equipamentos e na área de infraestrutura. Observamos também que inicialmente os investimentos eram concentrados tanto em nível setorial como espacialmente. Na fase recente tem se verificado uma maior dispersão setorial e até certo ponto espacial, embora o sudeste do país concentre a maior fatia dos investimentos chineses. De qualquer modo, esses investimentos podem abrir uma janela de oportunidades para impulsionar o crescimento econômico, expandir o emprego e acelerar o desenvolvimento de certas regiões brasileiras, caso o país saiba tirar proveito eficiente dessas oportunidades. O Brasil depende não somente de poupança externa para acelerar os investimentos, mas também de tecnologia para aumentar a produtividade e melhorar a competitividade e os chineses têm o capital necessário, tecnologia de ponta e um apetite voraz, tanto pelos recursos naturais e minerais do país, quanto pelo mercado consumidor em expansão. Resta saber se haverá inteligência e ousadia capaz de tirar proveito disso.

8 Referências

- BARBOSA, A. de F.; MENDES, R. C. **As Relações econômicas entre Brasil e China: Uma parceria difícil**. Janeiro-2006. Disponível em: www.observatoriosocial.org.br. Acesso em: 03 de agosto, 2013.
- BRITTO, R. P.; BRUNHARA, A. J; BRITTO, E. M. **China e Brasil, parceiros ou concorrentes no comércio internacional?** Disponível em: www.ead.fea.usp.br Acesso em 16 de julho, 2013.
- CEBC. **Boletim de Investimentos Chineses no Brasil 2012-2013**. Março de 2014.
- CEBC. **Investimentos Chineses no Brasil - Uma nova fase da relação Brasil-China**. Maio, 2011. Disponível em: www.cebc.org.br. Acesso em 02 de agosto, 2013.
- CEBC. **Uma análise dos Investimentos Chineses no Brasil 2007-2012**. Junho, 2013. Disponível em: www.cebc.org.br. Acesso em 13 de agosto, 2013.
- CHANG-SHENG, S. **Interações entre Mao e os guardas vermelhos na revolução cultural**. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v9, n3, 2005. Disponível em: www.uem.br. Acesso em 13 de agosto, 2013.
- CUNHA, A. M. ACIOLY, L. China: Ascensão à condição de potência global – características e implicações. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. *et al.* (Org). **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Brasília: IPEA, 2009.
- FAIRBANK, J. K. **China: uma nova história**. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

GIPOULOUX, F. **A China do século XXI, uma nova superpotência?** 2 ed. Lisboa: Instituto Piagent, 2005.

HOLLAND, M.; BARBI, F. **China na América Latina: uma análise da perspectiva dos Investimentos Diretos Estrangeiros.** Março 2010. Disponível em: www.cebc.org.br. Acesso em 10 de agosto, 2013.

JABBOUR, E. **China: infraestrutura e crescimento econômico.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

MARQUES, E. **O milagre econômico da China: paralelo entre o crescimento brasileiro e o chinês.** São Paulo: Saint Paul, 2009.

MEDEIROS, C. A. A China como um Duplo Polo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.26, n.3, p.01-24, jul./set. 2006.

MEDEIROS, C. A. Economia e política de desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.19, n.3, p.01-17, 1999.

NONNENBERG, M. J. B. China: estabilidade e crescimento econômico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.30, n.2, p.201-218, 2010. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 10 de agosto de 2013.

POMAR, W. **O Enigma chinês: capitalismo ou socialismo.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1987.

RENAI. Rede Nacional de Informações sobre o Investimento. **Anúncios de investimentos chineses no Brasil 2003-2011.** Disponível em: www.mdic.gov.br. Acesso em: 05 de agosto, 2013.

VILLELA, E. V. M. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. 2004. Disponível em: www.pucsp.br. Acesso em: 15 de agosto de 2013.

WOLFFENBITTEL, A. Indicadores. **Desafio do Desenvolvimento**, v.3, n.22, p.64, maio. 2006. Disponível em: www.desafios.ipea.gov.br. Acesso em: 11 de agosto de 2013.